



# GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

## MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

### Monitor da Governança Pan-Amazônica Janeiro de 2024

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em janeiro de 2024. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Através de uma série de monitores mensais, o Observatório Político Sul-Americano (OPSA) busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo. Os monitores fazem parte do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo OPSA desde julho de 2023, em parceria com o [OIMC](#) e o [LEGAL](#). O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital [Iniciativa Amazônia+10](#).

### Sumário

Bolívia .....	<a href="#">2</a>
Brasil .....	<a href="#">2</a>
Colômbia .....	<a href="#">5</a>
Equador .....	<a href="#">7</a>
Guiana .....	<a href="#">8</a>
Peru .....	<a href="#">9</a>
Suriname .....	<a href="#">9</a>
Venezuela .....	<a href="#">11</a>
OTCA .....	<a href="#">13</a>

## **Bolívia**

**Por Marília Closs e Débora Bedim**

Não foram registradas ações políticas relevantes para a Pan-Amazônia no período.

## **Brasil**

**Por Diogo Ives e Guilherme Fritz**

O mês de janeiro de 2024 foi marcado por denúncias de falta de proteção adequada do Estado brasileiro à comunidade indígena Yanomami, que habita a Amazônia em parte dos estados do Amazonas e Roraima. A comunidade tinha recebido atenção emergencial tão logo começou o terceiro governo Lula, em janeiro de 2023, quando o presidente a visitou e decretou estado de emergência sanitária no território. Lula também anunciou ações interministeriais, coordenadas pelo Ministério de Povos Indígenas, para combater a desnutrição local, ampliar o acesso a medicamentos e promover ações de retirada de invasores, especialmente garimpeiros, que facilitam a disseminação da malária e poluem as águas da região, ao utilizarem mercúrio para explorar ouro. As invasões na área haviam aumentado durante o governo Bolsonaro. [1]

Contudo, um ano depois da visita, o próprio presidente brasileiro reconheceu a dificuldade de derrotar o crime na região, em uma reunião feita com diversos ministros, em 9 de janeiro de 2024. Lula anunciou a adoção de uma nova perspectiva de enfrentamento, pela qual as ações deixarão de ser tratadas como emergenciais e se tornarão permanentes, envolvendo toda a máquina pública para vencer o que chamou de guerra contra o garimpo. Segundo o ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, será criada uma “casa de governo” no território Yanomami, com representação fixa de vários ministérios, além das Forças Armadas e da Polícia Federal. A ideia partiu do Ministério dos Povos Indígenas. Além disso, o governo destinará um orçamento de R\$ 1,2 bilhão para as ações, via crédito extraordinário. [2]

Em 29 de janeiro, a Justiça Federal de Roraima reforçou, em sentença, que a crise humanitária no território Yanomami persiste e determinou que a União deve apresentar, em até 30 dias, um cronograma detalhado de ações para expulsar os garimpeiros e tornar duradouras as políticas públicas na área. [3] Em entrevista à imprensa, Dario Kopenawa, liderança yanomami, explicou que o governo havia aumentado a fiscalização e o controle do território no primeiro semestre de 2023, porém, em seguida, ocorreu um relaxamento

das ações, o que abriu espaço para uma reinvestida dos garimpeiros e uma piora nas condições sanitárias. Kopenawa também apontou que o Ministério de Povos Indígenas precisa de mais dinheiro, equipe e autonomia para atuar melhor. [4]

Segundo a imprensa, o principal entrave para resultados melhores no combate ao garimpo, em 2023, foi o apoio instável das Forças Armadas, principalmente da Aeronáutica, para controlar o espaço aéreo e fazer a logística de entrega de alimentos aos yanomami. [5] Como consequência, o governo não conseguiu cumprir uma meta mensal de distribuição de 9 mil cestas básicas, ao longo de 2023, e terminou o ano com 34 mil cestas em estoque. Os motivos do fracasso incluíram uma quantidade de aeronaves disponibilizadas pela Força Aérea Brasileira abaixo da necessária, esgotamento do orçamento do Ministério da Defesa, e mobilização de equipes militares para outras emergências, como chuvas na região Sul e secas na região Norte. [5] Entretanto, relatórios de inteligência da Funai e da Polícia Federal identificaram militares envolvidos com o tráfico de ouro, que repassavam informações de operações do governo aos criminosos locais. [5] Atualmente, o governo busca uma forma de retirar as Forças Armadas da distribuição das cestas básicas e estuda repassar a ação para empresas privadas. [6]

No plano externo, o Ibama contatou diretamente a embaixada da Venezuela no Brasil para denunciar uma pista de avião clandestina, construída na fronteira com o Brasil e usada por garimpeiros que atuam no território yanomami. Em 29 de janeiro, as Forças Armadas da Venezuela destruíram a pista. [7] Por sua vez, cerca de 77 comunidades indígenas da Terra Raposa Serra do Sol, no nordeste de Roraima, incendiaram duas balsas e materiais de garimpo guianenses no Rio Maú, que divide o Brasil e a Guiana. As balsas eram legalizadas para fazer garimpo em território guianês, porém as comunidades indígenas brasileiras alegaram que as barcas praticavam a atividade durante a noite em seu território. [8]

A despeito destas dificuldades de proteção aos povos indígenas, cabe registrar o levantamento da ONG Imazon, divulgado em 23 de janeiro, de que a área desmatada em terras protegidas brasileiras (reservas indígenas e unidades de conservação) caiu 73% em 2023, em relação ao ano anterior. A área desmatada, porém, segue alarmante: correspondeu a 1,1 mil campos de futebol por dia. Os estados mais afetados foram Pará, Amazonas e Mato Grosso. [9]

Para além do tema das comunidades indígenas, o presidente Lula conversou por telefone, em 29 de janeiro, com seu homólogo colombiano, Gustavo Petro, a respeito dos incêndios florestais que ainda acometem o país vizinho. Desde os meses finais de 2023,

uma seca histórica ocorre no bioma amazônico. Petro sugeriu a criação de um ponto regional de prevenção a incêndios na Amazônia, e Lula propôs a formação de um grupo de trabalho na OTCA para discuti-lo. [10] Por sua vez, a ministra do Meio Ambiente do Brasil, Marina Silva, compareceu ao Fórum Econômico de Davos, em 17 de janeiro, para pleitear contribuições privadas ao fundo global de financiamento e conservação de florestas tropicais, proposto pelo Brasil na COP-28 do Clima, no ano passado. A ministra destacou que o fundo ajudará a proteger os povos tradicionais da Amazônia. [11]

Por fim, no dia 25 de janeiro, o chanceler Mauro Vieira reuniu-se com os chanceleres da Venezuela e da Guiana, Yván Gil Pinto e Hugh Todd, respectivamente para tratar da distensão na região de Essequibo, que integra a Pan-Amazônia. A reunião durou cerca de sete horas e foi considerada um bom “primeiro passo” pelo governo brasileiro, apesar de cada país vizinho manter suas reivindicações de soberania sobre o território. [12] Vieira reiterou que é fundamental valorizar a cultura de paz que predomina na América Latina e no Caribe [13].

### *Referências*

- [1] Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2023/01/5067832-lula-visita-terra-ianomami-para-tratar-da-crise-humanitaria.html>.
- [2] Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202401/lula-vamos-tratar-os-yanomami-como-questao-de-estado>.
- [3] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/01/lula-fala-em-guerra-contra-garimpo-apos-governo-nao-expulsar-invasores-da-terra-yanomami.shtml>.
- [4] Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/%C3%A9-cedo-para-criticar-minist%C3%A9rio-dos-povos-ind%C3%ADgenas/a-68116891>.
- [5] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/01/com-menos-atuacao-militar-34-mil-cestas-basicas-para-yanomamis-encalham.shtml>.
- [6] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/01/governo-lula-estuda-tirar-militares-da-distribuicao-de-cestas-basicas-a-yanomamis.shtml>.
- [7] Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2024/01/30/exercito-venezuelano-destroi-pista-de-pouso-de-garimpeiros-na-terra-yanomami.ghtml>.
- [8] Disponível em: <https://www.folhabv.com.br/cotidiano/fronteira-com-essequibo-indigenas-admitem-destruicao-de-balsas-guianenses-para-combater-garimpo/>
- [9] Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/01/23/amaznia-tem-reduo-de-70-pontos-percentuais-em-desmatamento-de-reas-protegidas-em-2023.ghtml>.
- [10] Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2024/01/29/lula-incendios-colombia-gustavo-petro.htm>.
- [11] Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/01/17/marina-quer-buscar-investidor-privado-para-fundo-global.ghtml>.
- [12] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2024/01/ministros-da-venezuela-e-da-guiana-falam-em-paz-na-regiao-apos-reuniao-no-itamaraty.shtml>

[13] Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/essequibo-venezuela-e-guiana-falam-em-paz-apos-encontro-no-itamaraty>

## **Colômbia**

**Por Isabella Pereira e Júlia Furtado Reis**

Em janeiro de 2024, o crescimento de incêndios florestais foi registrado em diversos pontos da Colômbia, afetando principalmente a porção amazônica do país. O ambiente favorável à disseminação dos incêndios é derivado do fenômeno El Niño, responsável pelo aumento de focos de calor e pela redução da chuva. A ministra do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Susana Muhamad antecipou, em 11 de janeiro, que a emergência climática deverá se agravar mais em fevereiro [1]. A série histórica das duas primeiras décadas do século XX mostra que fevereiro tem, usualmente, incêndios maiores e mais frequentes devido ao aumento do desmatamento [2]. Por isso, Muhamad anunciou a instalação da “Sala de Crise El Niño”, que funcionará por meio de reuniões semanais do governo para prevenir e mitigar os desastres.

Os incêndios florestais em Choco, região da Amazônia colombiana, por pouco não colocaram em xeque a presença do presidente colombiano, Gustavo Petro, no Fórum Econômico Mundial, que aconteceu em Davos, entre os dias 15 e 19 de janeiro de 2024 [3]. O principal tema que foi abordado por Petro no evento é recorrente em sua política externa: a proposta de troca de dívidas externas por ações concretas no enfrentamento à crise climática, o que seria, na sua visão, a base de um “Plano Marshall” global. Esta ideia já havia sido levada por ele ao mesmo espaço, no ano anterior.

No segundo dia do evento, Petro afirmou que o compromisso de financiamento de U\$100 bilhões de dólares anuais dos países ricos aos países em desenvolvimento, estabelecido nos Acordos de Paris de 2015 e jamais implementado, não é mais suficiente. Declarou que, a cada ano, a quantidade de financiamento necessário passa a ser 30 vezes superior ao anterior. Assim, reforçou, novamente, que “poderíamos alcançar esses números gerando, com os recursos públicos de todos os países do mundo, um grande Plano Marshall de ação climática para preservar a vida no planeta” [4].

O aumento na dívida climática do planeta é calculado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Segundo o órgão, esta dívida pode ser entendida como a soma de todos os danos advindos dos efeitos negativos das emissões de dióxido de carbono, cujos custos se impõem ao planeta sem compensação. A instituição estima que a dívida

climática entre os anos de 1959 e 2018 pode chegar a U\$59 trilhões de dólares, e prevê seu aumento para U\$80 trilhões entre 2019 e 2035 [5].

Em Davos, Petro também reforçou o chamado para que os países do Norte “apaguem” suas emissões de dióxido de carbono e transformem suas economias. Apontou que os países do Sul são aqueles que poderão prover energia limpa para que o processo de “apagamento” das chaminés do Norte possa ocorrer. O presidente colombiano se mostrou inclinado, inclusive, à construção de um pacto americano para energias limpas, uma vez que o caminho para a descarbonização implicaria acordos. Por fim, pediu à Organização Mundial de Comércio (OMC) que condicione regras comerciais aos compromissos assumidos pelos países no Acordo do Clima de Paris [6].

Na segunda quinzena de janeiro, os incêndios florestais na Colômbia se agravaram. No dia 23 de janeiro, 583 municípios declararam estado de alerta vermelho [7]. No dia 27, após uma reunião da “Sala de Crise do El Niño”, Petro alertou que os incêndios na Amazônia colombiana têm dimensões diferentes dos que aconteceram no passado, já que não podem ser combatidos por via terrestre, o que faz com que se espalhem em uma extensão inédita na região [8]. No mesmo dia, declarou que a Colômbia se encontra em “situação de desastre nacional”. A operação de combate aos incêndios, acionada ao longo de janeiro, contou com 30 aeronaves e uma equipe de cerca de 3.800 pessoas, entre bombeiros, voluntários e agentes de órgãos de socorro [9].

Com a perspectiva de piora dos incêndios em fevereiro, Petro acredita que o apoio da comunidade internacional e o acionamento de protocolos internacionais no tema será fundamental. Em conversas bilaterais, propôs que os países amazônicos instalem um posto de comando unificado para coordenar uma resposta. No dia 27, o Peru enviou parte de sua equipe de contenção de incêndios florestais para auxiliar a Colômbia [10]. Brasil, Canadá, Estados Unidos e México também ofereceram apoio. No dia 29 de janeiro, Petro conversou com seu homólogo brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, que propôs a criação de um grupo de trabalho no âmbito da OTCA para avançar coletivamente na contenção dos desastres [11].

## *Referências*

[1] Disponível em: <https://petro.presidencia.gov.co/prensa/Paginas/Sala-de-Crisis-Nacional-y-apoyo-a-los-territorios-instruccion-de-presidente-Petro-en-nueva-fase-del-fenomeno-240111.aspx>

- [2] Disponível em: <https://www.elespectador.com/ambiente/amazonas/incendios-en-colombia-en-febrero-vienen-dias-muy-dificiles-para-la-amazonia/>
- [3] Disponível em: <https://www.semana.com/politica/articulo/esta-es-la-casa-en-davos-por-la-que-el-gobierno-petro-pago-4500-millones-de-pesos-la-inversion-del-arriendo-se-recupera-con-creces/202417/>
- [4] Disponível em: <https://www.elcolombiano.com/negocios/plan-marshall-que-propone-gustavo-petro-presidente-de-colombia-en-davos-no-ha-tenido-eco-ED23575188>
- [5] Disponível em: <https://www.imf.org/es/Publications/fandd/issues/2023/09/settling-the-climate-debt-clements-gupta-liu>
- [6] Disponível em: <https://www.elcolombiano.com/colombia/petro-insistio-en-davos-sobre-plan-marshall-para-frenar-crisis-climatica-KB23557058>
- [7] Disponível em: <https://petro.presidencia.gov.co/prensa/Paginas/583-municipios-en-alerta-roja-de-incendios-por-el-fenomeno-de-El-Nino-240123.aspx>
- [8] Disponível em: <https://www.elespectador.com/ambiente/fenomeno-de-el-nino-gobierno-activa-plan-estrategico-para-la-amazonia/>
- [9] Disponível em: <https://petro.presidencia.gov.co/prensa/Paginas/Para-atender-incendios-forestales-en-el-pais-tenemos-capacidades-de-20-800-personas-y-solo-hemos-utilizado-3800-240127.aspx>
- [10] Disponível em: <https://petro.presidencia.gov.co/prensa/Paginas/Equipo-de-extincion-de-incendios-forestales-de-la-Fuerza-Aerea-del-Peru-ya-esta-en-Colombia-240127.aspx>
- [11] Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202401/lula-conversa-com-presidente-da-colombia-sobre-incendios-que-atingem-territorio-colombiano>

## **Equador**

### **Por Ghaio Nicodemos e Beatriz Bandeira de Mello**

No dia 23 de janeiro, a Assembleia Nacional do Equador derrubou vetos postos por Guillermo Lasso, quando era presidente do país, a 18 artigos que reformam a Lei Orgânica do Planejamento Integral da Circunscrição Territorial Especial Amazônica, aprovada pela casa legislativa em 31 março de 2023. A derrubada dos vetos contou com o apoio de 125 dos 137 membros da casa legislativa. A lei garante políticas públicas específicas para a região da Amazônia equatoriana, como políticas de comércio, produção, assistência da população, e proteção do território. Também estabelece mais de 50 alterações em normativas jurídicas.

A derrubada dos vetos levará à imposição de regras de proteção ambiental, que deverão ser observadas para o exercício de atividades econômicas na região, e a criação de um cadastro de produtores e fornecedores locais, que devem ter permanência de dez ou mais anos ininterruptos na área. Outra alteração foi feita no Fundo de

Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, que deverá destinar 8% de seus recursos para universidades e escolas politécnicas locais. Na área de saúde, foi definida a criação de uma secretaria técnica para atender pessoas com doenças raras, vítimas de catástrofes, e órfãs. Cabe registrar que a agenda ambiental foi enfatizada na campanha do atual presidente do Equador, Daniel Noboa, empossado em novembro de 2023.

### *Referências*

[1] Disponível em: <https://www.eloriente.com/articulo/la-reforma-a-la-ley-amazonica-recibio-respaldo-mayoritario-en-la-asamblea/39470>

[2] Disponível em: <https://www.primicias.ec/noticias/politica/asamblea-ley-amazonica-guillermo-lasso/>

## **Guiana**

### **Por Guilherme Fritz**

Desde o final de 2023, a região de Essequibo vem ganhando destaque na Pan-Amazônia, principalmente para Guiana e Venezuela, protagonistas de uma tensão em torno de sua soberania. Até o momento, nenhum ataque militar ocorreu, mas a população de Essequibo convive com o medo de uma possível invasão. Isto vem produzindo tanto movimentos de emigração do território, quanto pedidos de mobilização, por parte do restante da população guianense, para que os moradores locais se mantenham firmes e resistam em suas casas caso haja algum agravamento da situação [1].

Para evitar o conflito, o Brasil busca a mediação por meio de diálogos. Um acordo para o não uso de força militar e prosseguimento das negociações foi firmado em 14 de dezembro, em São Vicente e Granadinas, com a participação de Celso Amorim. Por sua vez, em 25 de janeiro, ocorreu a primeira reunião entre as partes para dar sequência ao diálogo, em Brasília, mediada pelo chanceler brasileiro Mauro Vieira. Os representantes de Guiana e Venezuela mantiveram a promessa de paz e de resolução diplomática da tensão, mas nenhuma medida definitiva para cessar hostilidades foi adotada [2].

O cerne da tensão é a renda derivada da exploração de petróleo (crescente, nos últimos anos, na costa de Essequibo) e a importância que a matéria-prima ainda tem em diversas cadeias econômicas. Ao longo de janeiro, o preço internacional do barril de petróleo subiu em decorrência de ataques de rebeldes houthis do Iêmen a petroleiros estadunidenses no Mar Vermelho. [3] Este tipo de acontecimento favorece a busca, por



países importadores de petróleo, de fornecedores alternativos, para além do Oriente Médio, como é o caso da Guiana.

Neste sentido, no início de janeiro, o governo da Índia aprovou um Memorando de Entendimento com a Guiana, o qual estabelece uma cooperação bilateral no setor de hidrocarbonetos [4]. Além disso, também no início do mês, o Subsecretário Adjunto de Defesa dos Estados Unidos para o Hemisfério Ocidental, Daniel P. Erikson, visitou a Guiana e reforçou a importância da parceria entre os países em termos de segurança e defesa [5] [6]. Por sua vez, o presidente da Guiana, Irfaan Ali, anunciou maiores investimentos nas forças de defesa do país [7].

### *Referências*

- [1] Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2024/1/11/fears-simmer-in-essequibo-region-as-venezuela-eyes-the-disputed-territory> -
- [2] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2024/01/ministros-da-venezuela-e-da-guiana-falam-em-paz-na-regiao-apos-reuniao-no-itamaraty.shtml>
- [3] Disponível em: <https://www.kaieteurnews.com/2024/01/28/red-sea-crisis-houthi-attacks-raising-prices-worldwide/>
- [4] Disponível em: <https://www.kaieteurnews.com/2024/01/06/indian-govt-approves-mou-to-explore-guyanas-oil-blocks/>
- [5] Disponível em: <https://www.kaieteurnews.com/2024/01/09/top-u-s-defence-official-on-visit-to-guyana/>
- [6] Disponível em: <https://www.kaieteurnews.com/2024/01/10/deputy-assistant-secretary-of-defense-u-s-assessing-need-for-military-base-in-caribbean/>
- [7] Disponível em: <https://www.kaieteurnews.com/2024/01/09/govt-to-build-police-marine-air-capabilities/>

### **Peru**

**Por Kethlyn Winter e Jefferson Nascimento**

Não foram registradas ações políticas relevantes para a Pan-Amazônia no período.

### **Suriname**

**Por Guilherme Fritz**

No dia 10 de janeiro, o presidente Chandrikapersad Santokhi reuniu-se com o embaixador dos Estados Unidos, Robert Faucher, e com o subsecretário adjunto do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, Daniel Erikson. Os oficiais do governo

estadunidense se encontraram, ainda, com o ministro da Defesa do Suriname, Krishna Mathoera, e com o Comandante do Exército Nacional, Coronel Werner Kioe A Sen. O objetivo das reuniões foi o fortalecimento de uma parceria militar entre os Estados Unidos e o Suriname. A questão climática e a segurança transfronteiriça foram assuntos abordados, assim como a disputa na fronteira entre Venezuela e Guiana, que, segundo os oficiais estadunidenses, precisa ser resolvida respeitando a democracia e do Estado de Direito [1] [2].

Ainda no plano externo, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Albert Ramdin, publicou uma nota alertando a população do Suriname sobre os perigos de exercerem atividades ilícitas em regiões de fronteira, pois o país não teria plenas condições de auxiliar sua população em todos os lugares [3]. Conforme relatado na seção sobre Brasil deste monitor, balsas de garimpos guianenses foram destruídas por indígenas brasileiros ao atravessarem da Guiana para Roraima.

No plano doméstico, no dia 5 de janeiro, o Ministério do Ordenamento do Território e do Meio Ambiente organizou um evento com o intuito de realizar um balanço do trabalho feito em 2023 e anunciou projetos para 2024, como a criação da Autoridade Nacional Ambiental, que terá o papel de monitorar e fazer cumprir a legislação ambiental [5]. Alguns dias depois, em 8 de janeiro, o mesmo ministério organizou um *workshop* voltado para o compartilhamento da experiência da delegação do Suriname na COP-28, de tal forma que um planejamento mais robusto possa ser feito para a participação do país na COP-29.

Além disso, no dia 17 de janeiro, o mesmo Ministério do Ordenamento do Território e do Meio Ambiente realizou a primeira reunião para a formulação de um Acordo Nacional do Clima, com foco no setor energético do país. Além de salientar a importância do controle das emissões de gases de efeito estufa, o governo do Suriname entende que a criação do acordo simboliza uma colaboração concreta do país, para a comunidade internacional, em prol da mitigação das mudanças climáticas [7].

Por fim, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Albert Ramdin, discursou, no dia 15 de janeiro, para a Associação de Economistas do Suriname. Ele enfatizou a necessidade de o país aprender com a experiência de outros Estados e evitar uma alavancagem econômica pautada unicamente nos setores de óleo e gás. Ramdin destacou a importância da diversidade de produção energética e do estímulo a outros setores da economia, como agricultura, pesca, turismo e serviços [8]. Entretanto, tais elaborações não foram acompanhadas de planos concretos, até o momento.

## Referências

- [1] Disponível em: <https://gov.sr/suriname-en-verenigde-staten-van-amerika-bespreken-samenwerking/>
- [2] Disponível em: <https://gov.sr/us-deputy-assistant-secretary-of-defense-for-the-western-hemisphere-op-bezoek-in-suriname/>
- [3] Disponível em: <https://gov.sr/risicos-en-gevolgen-van-drugsmokkel-voor-surinamers-in-het-buitenland/>
- [4] Disponível em: <https://gov.sr/declaration-of-the-south-american-countries-members-of-the-brasilia-consensus/>
- [5] Disponível em: <https://gov.sr/terugblik-en-toekomstplannen-ministerie-van-ruimtelijke-ordening-en-milieu/>
- [6] Disponível em: <https://gov.sr/suriname-zet-koers-naar-cop-29-debriefing-van-cop-28-en-voorbereiding-op-toekomstige-actie/>
- [7] Disponível em: <https://gov.sr/eerste-overleg-ministerie-van-rom-en-energiesector-markant-begin-voor-nationaal-klimaat-akkoord-suriname/>
- [8] Disponível em: <https://gov.sr/minister-ramdin-benadrukt-noodzaak-glas-halfvol-visie-bij-nieuwjaarslezing-ves/>

## Venezuela

### Por Thaís Jesinski Batista e Stephanie Braun

Em janeiro de 2024, pautas concernentes à região da Amazônia venezuelana apareceram no discurso presidencial de Nicolás Maduro. A pauta ambiental foi incluída nas Sete Transformações (7T) até 2030, apresentadas pelo presidente na ocasião de sua Mensagem Anual para a Nação, na Assembleia Nacional, em 15 de janeiro. No evento, Maduro apresentou, em linha gerais, princípios que deverão guiar a ação política do país e sua inserção dentro da nova configuração do mundo multicêntrico e multipolar, por meio da chamada Diplomacia da Paz [1].

No que se refere à transformação ecológica, Maduro ressaltou a importância de se preservar o planeta, bem como de preparar a Venezuela para o combate à emergência climática. Segundo ele, o governo buscará “preparar integralmente o país para enfrentar a emergência climática mundial e mitigar o impacto ambiental físico-estrutural que já tem e ainda terá a crise climática, bem como salvaguardar a Amazônia venezuelana e sul-americana e todas as nossas reservas naturais da voracidade do capitalismo depredador,

como Lula está fazendo no Brasil” [2] [3]. No entanto, não ficou claro como tal objetivo será alcançado, em termos de um plano de ação concreta.

Contrastando com a declaração, no dia 16 de janeiro, a ONG SOS Orinoco publicou uma denúncia de aumento da mineração ilegal, e de deslocamento dessa ação para outras áreas da Amazônia venezuelana. De acordo com o relatório da organização, esse crescimento ocorreu após realização da Operação Autuana, iniciada em meados de 2023 pelas Forças Armadas Nacionais Bolivarianas (FANB), que tinha como objetivo erradicar tais práticas ilegais [4]. Uma das áreas de maior crescimento da mineração ilegal foi o território do parque nacional de Yapacana, local de forte atuação da FANB em 2023 [5]. De acordo com a SOS Orinoco, os praticantes da mineração ilegal acabam por “abrir novas minas no mesmo ecossistema”, criadas, inclusive, com aprovação da FANB [6].

Tendo em vista a repercussão da denúncia da SOS Orinoco, militares venezuelanos destruíram, no dia 30 de janeiro, um acampamento usado para a mineração ilegal na Amazônia. A localização do acampamento ocorreu durante patrulhamento da FANB, conforme divulgado pelo comandante da FANB, Domingo Hernández Lárez, em sua conta na rede social X. No local, a FANB prendeu quatro mineradores; destruiu sete estruturas de apoio logístico, abrigo e degradação do solo, nove motobombas, materiais de construção e outros objetos utilizados para mineração; e desmantelou uma pista de voo clandestina [7].

### *Referências*

[1] Disponível em: <https://mppre.gob.ve/2024/01/31/cancilleria-define-ruta-seguir-lograr-transformaciones-propuestas-presidente-maduro/>

[2] Disponível em:

<http://www.mindefensa.gob.ve/mindefensa/2024/01/16/presentacion-ante-la-asamblea-nacional-los-poderes-publicos-y-el-pueblo-venezolano-del-mensaje-anual-a-la-nacion-del-presidente-nicolas-maduro-moros/>

[3] Disponível em: <http://www.minec.gob.ve/mandatario-nacional-reitera-llamado-a-trabajar-por-la-recuperacion-economica/>

[4] Disponível em: <https://efectococuyo.com/la-humanidad/sos-orinoco-denuncia-aumento-de-la-mineria-ilegal-en-la-amazonia-venezolana-tras-operativo-militar/>

[5] Disponível em: <http://www.minec.gob.ve/jefe-de-estado-respalda-operacion-autana-en-defensa-de-la-soberania-nacional/>

[6] Disponível em: <https://www.elnacional.com/venezuela/sos-orinoco-denuncia-aumento-de-la-mineria-ilegal-en-la-amazonia-venezolana-tras-operativo-militar/>

[7] Disponível em: <https://www.eluniversal.com/internacional/173861/militares-destruyen-un-campamento-usado-para-mineria-ilegal-en-amazonas-venezolano>

## **OTCA**

**Por Beatriz Bandeira de Mello**

No dia 10 de janeiro, a OTCA organizou uma reunião para tratar sobre a Associação de Universidades Amazônicas (UNAMAZ) e a reativação da parceria entre ambas as instituições [1]. O encontro, que reuniu 80 representantes dos países pan-amazônicos, faz parte das ações previstas na Declaração de Belém, e visa a ampliar a cooperação e o compartilhamento de informações entre a OTCA e a UNAMAZ. Conforme a declaração, o objetivo da reaproximação é fortalecer o papel da UNAMAZ como instrumento de divulgação científica e embasamento de políticas públicas, programas e projetos voltados especialmente para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Na OTCA, as instâncias responsáveis pela articulação com a UNAMAZ serão a Secretaria Permanente e as Comissões Especiais de Ciência e Tecnologia e de Educação. Estima-se que, junto ao Painel Científico da OTCA, a UNAMAZ desempenhe um importante papel na validação das informações disponibilizadas pelo Observatório Regional Amazônico.

No dia 11 de janeiro, houve a primeira reunião para análise e aprovação das “Propostas de Protocolos para o monitoramento da qualidade das águas superficiais na Bacia Amazônica”, nos marcos do Projeto Amazonas [2]. Os protocolos farão parte das discussões da Rede de Autoridades da Água (RADA) da OTCA, criada em agosto de 2023, que tem por finalidade promover a cooperação e o apoio mútuo na gestão e no monitoramento de recursos hídricos da região. Além da RADA, os protocolos também integrarão a Rede Hidrológica da Amazônia (RHA) e a Rede de Qualidade da Água (RCA), aprovadas em 2019 como resultado do “Projeto Amazonas: Ação Regional na Área de Recursos Hídricos – Fase II”. A finalidade dos protocolos é fornecer diretrizes para instalação, adequação e operação de estações hidrológicas de monitoramento, de modo a garantir a adequação metodológica de todos os países-membros da OTCA.

### *Referências*

[1] Disponível em: <https://otca.org/pt/paises-membros-da-otca-analisarao-propostas-de-protocolos-para-o-monitoramento-das-aguas-superficiais-na-bacia-amazonica/>

[2] Disponível em: <https://otca.org/pt/reuniao-entre-os-paises-membros-da-otca-sobre-a-reativacao-da-associacao-de-universidades-amazonicas-unamaz/>